

em MOVIMENTO

Pelos caminhos do mundo, para o caminho de Abril



Jornal da responsabilidade do PCP/Emigração

Distribuição gratuita

N.º 4 - Maio 2007

Contra a desastrosa política de direita



Milhares de emigrantes têm expressado de formas diversas o seu descontentamento contra a política que lhes é dirigida pelo Governo do PS/Sócrates. A decisão quanto ao encerramento de consulados, pela sua dimensão e consequências, é o exemplo de uma política de costas voltada para as comunidades portuguesas que desde logo deparou com uma forte resistência nos diversos países, tais como a Alemanha, o Brasil, os EUA, a França e a Namíbia. Nas páginas centrais damos conta destas lutas de resistência.

Encontro Nacional sobre Cultura

Iniciativa promovida pelo PCP, que vai realizar-se em Lisboa, no dia 26 de Maio

Página 3

Grito de Revolta

Ex-militares emigrantes continuam a lutar para que seja feita justiça

Página 4

Situação no Reino Unido

Entrevista com Fernando Maurício, da CGTP-IN, sobre as condições de trabalho dos portugueses

Página 9

Por Abril, Sempre!

Há 33 anos o povo entusiasmado saiu à rua em apoio ao levantamento militar dirigido pelos heróicos capitães do MFA que derrubou o regime fascista e abriu o caminho da liberdade e da democracia, culminando décadas de resistência e de luta contra o fascismo, e em que o PCP desempenhou um papel insubstituível na organização e luta dos trabalhadores e do povo.

O regime fascista foi responsável pelo atraso económico e social do nosso País, pela brutal exploração dos trabalhadores, pela supressão das liberdades de expressão, de reunião, manifestação e associação, pela criação de uma polícia política repressiva que perseguia, torturava e prendia todos aqueles que se opunham à ditadura fascista, particularmente militantes do PCP, e por 13 anos de guerras coloniais. Portugal era um país isolado, marcado pelo obscurantismo e pelo condicionalismo da vida cultural. A ditadura fascista foi, igualmente, responsável pela emigração de muitos milhares de portugueses (milhão e meio entre 1961 e 1973) que deixaram o País em busca lá fora de trabalho e da liberdade que cá lhes era negado.

Mas se o regime fascista constitui um dos períodos mais sombrios da história do Povo Português, não é menos verdade que o acto libertador do 25 de Abril e as suas conquistas revolucionárias foram um tempo luminoso do nosso país.

Muitas das conquistas que são de Abril, apesar de uma política de direita orientada para a sua destruição e que dura há mais de 30 anos, fazem ainda hoje parte das nossas vidas: liberdade sindical, de reunião, de associação, de expressão, de imprensa, de direito à greve; eleições livres e livre formação de partidos políticos; Autarquias Locais democraticamente eleitas e criação das regiões Autónomas nos Açores e Madeira; fim das guerras coloniais e independência das ex-colónias; salário mínimo nacional, subsídios de férias e de Natal; subsídio de desemprego, pensões e reformas para todos; direito de voto aos 18 anos; igualdade de direitos para as mulheres; direito à saúde, ao ensino e educação.

A Revolução de Abril foi um tempo de realização individual e colectiva, um tempo de construção e transformação que garantiu um património de conquistas populares de grande alcance e significado para os trabalhadores e para o povo. Conquistas que a Constituição da República, conquista maior de Abril, consagrou como alicerces do regime Democrático. Foi esta mesma Constituição da República que estabeleceu no seu articulado a obrigação do Estado de defender os cidadãos portugueses que se encontrem ou residem no estrangeiro.

Desde a primeira hora que a Revolução se confrontou com os seus inimigos que desenvolveram, desde então, uma prolongada ofensiva contra as conquistas de Abril e o regime democrático. Esse tem sido o caminho seguido nestas últimas três décadas pela mão de sucessivos governos do PS, PSD com ou sem CDS/PP. Décadas de política de direita e de recuperação capitalista que agravaram todos os problemas nacionais, onde se incluem os direitos fundamentais das Comunidades Portuguesas. Caminho que o actual governo do PS/Sócrates prossegue como o comprovaram estes dois anos de governação.

No que toca às Comunidades Portuguesas o governo PS/Sócrates desenvolve uma ofensiva sem precedentes que atinge os fundamentos da própria existência das comunidades. Contrariando o preceito constitucional que assegura às comunidades o direito ao ensino da língua portuguesa e da cultura, criou uma situação de insegurança e incerteza a alunos e professores. Não dá apoio ao novo fluxo migratório, como provam casos recentes com trabalhadores em Espanha, Holanda, Inglaterra, entre outros. Ao reduzir o porte-pago aos jornais regionais cava a distância da nossa diáspora com o seu país de origem. Não cumpre as obrigações para com os ex-militares. Prejudica milhares de trabalhadores com a dupla tributação. Subverte as funções do Conselho das Comunidades Portuguesas com as alterações introduzidas no projecto que regula a sua composição e funcionamento.

Um dos maiores ataques desencadeados contra os direitos das comunidades portuguesas, se fôr para a frente a reestruturação consular apresentada pelo governo, conduzirá ao encerramento de um conjunto de postos consulares, pondo em causa o garante da protecção das nossas comunidades, assim como dos seus direitos culturais, cívicos, sociais e associativos. O PCP saúda os emigrantes que de forma expressiva em múltiplas acções e em diferentes países se manifestaram contra aquela reestruturação, obrigando, ainda que de forma muito insuficiente, o governo a reuclar alguns dos seus objectivos, o que comprova que a luta de massas constitui o mais importante instrumento dos trabalhadores e das populações contra a política de direita do Governo.

O momento é de mobilizar e unir todos os que sofrem com as consequências desta política e de lutar por uma ruptura com a política de direita e por uma alternativa de esquerda que retome os objectivos inscritos na Constituição de Abril e as conquistas democráticas que consagra e na qual se insere a Greve Geral convocada pela CGTP-IN para dia 30 de Maio que o PCP saúda e apoia.

O PCP exorta os emigrantes portugueses a continuarem a sua intervenção e luta afirmando a sua vontade e determinação em defender as conquistas e direitos alcançados com a Revolução de Abril.

O PCP reafirma o seu empenho de prosseguir a luta pela defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português, quer residam ou não no país, por um Portugal com Futuro. Por Abril, Sempre!

Manuela Pinto Ângelo
Secretariado do CC do PCP ●

Avante!

Ler e Divulgar



É preciso ler o Avante!. Para estar informado é fundamental ler o Avante!. A Comunicação Social (CS) dominante não informa correctamente. Vejam-se alguns exemplos de notícias que são transmitidas nos canais de televisão e repetidas, da mesma forma, nos outros jornais: Os trabalhadores vão fazer greve no dia 30 de Maio, numa acção de luta geral e nacional, organizados na sua Central Sindical, a GGTP Intersindical Nacional. A CS dominante ou noticia que a CGTP já não tem força para convocar uma greve geral ou que a Central atravessa uma fase de dificuldades internas; e sobre a luta dos trabalhadores, e sobre a capacidade de mobilização da CGTP não informa; para estarmos informados é preciso ler o Avante!. Outro caso: José Sócrates é agora o protagonista duma "telenovela" a propósito do seu curso de engenheiro e do seu diploma da Universidade Independente; mas a CS dominante não informa sobre a crise no Ensino em geral, e no Superior em particular, e muito menos sobre as soluções que o PCP tem apontado para resolver esse problema e tornar o ensino universal e gratuito, como está consagrado na Constituição Portuguesa.

Para o sabermos, **é necessário ler o Avante!**

Na sua reunião de 12 e 13 de Janeiro, o Comité Central do PCP sublinha a **importância da difusão e da leitura do Avante!** e propõe que as organizações do partido encontrem formas concretas para o **aumento da sua vendas em mil exemplares.**

Assinatura: Europa – 116€ / Extra Europa – 167€
Av. Gago Coutinho, 121 - 1700-029 Lisboa
Email: avante@pcp.pt
Web: www.avante.pt ●



COMUNIC é o nome rádio do PCP na Internet. Vai para o ar todas as quintas-feiras, entre as 15 e as 18 horas (hora de Lisboa). Para ouvir basta aceder ao endereço www.comunic.pcp.pt. É um espaço com emissões muito diversificadas, onde os ouvintes podem participar por telefone (351 21 781 38 24) ou mail (comunic@pcp.pt), colocando opiniões e questões. ●

Receba em casa em MOVIMENTO

Ligue para (351) 21 781 38 00 ou envie o seu nome e morada completa para:
DOE do PCP Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa ●

Em MOVIMENTO

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Administração e Edição
DOE - Direcção da Organização na Emigração do PCP
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 – 196 Lisboa
Telefone: (351) 21 781 38 00
Fax: (351) 21 781 38 32
e-mail: emigracao@pcp.pt
site: www.emigracao.pcp.pt
Ccontribuinte: 500940673

Director
João Armando

Colaboraram neste número

Anselmo Dias
Fernando Maurício
José Cavaco
Manuel Gomes da Silva
Manuela Pinto Ângelo
Teresa Soares

Impressão: Grafisa,
R. José Gomes Ferreira, 16
Vale Mourão - 2735-604 Cacém

Periodicidade: Quadrimestral
Tiragem: 3.000 exemplares ●

Encontro Nacional do PCP sobre Cultura

No próximo dia 26 de Maio, em Lisboa, o PCP vai realizar um **Encontro Nacional sobre Cultura** com o objectivo de analisar e aprofundar a vertente cultural da Democracia Portuguesa, o seu papel na transformação, emancipação e libertação do ser humano.

O PCP vai realizar, no próximo dia 26 de Maio, no Anfiteatro da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (Cidade Universitária), um **Encontro Nacional sobre Cultura** em que se pretende analisar e aprofundar a vertente cultural da Democracia Portuguesa, o seu papel na transformação, emancipação e libertação do ser humano.

No Projecto de Resolução Política, que se encontra disponível na página do PCP na Internet, lê-se logo no primeiro capítulo sobre **Cultura e ideologia**: Marx e Engels mostraram o fundamento objectivo da dominação ideológica da burguesia – a sua posição dominante na esfera económica – bem como a função da ideologia da burguesia na submissão das classes trabalhadoras, na mistificação do seu Estado e do seu modo de organização da vida social e na continuação da sua posição



no Poder. Eles mostraram ao mesmo tempo que, embora a ideologia burguesa seja dominante, não é a única,

porque as sociedades de classes são marcadas por contradições e porque o trabalho nas ciências e nas artes, por exemplo, adquire uma autonomia relativa face ao meio económico e social em que se desenvolve. É isto que nos permite compreender o profundo apreço por obras geradas em sociedades profundamente desiguais e opressivas, a longa reivindicação do acesso à cultura e a prática efectiva de uma democratização cultural por parte do movimento comunista e operário.

Os trabalhadores emigrantes fazem parte deste movimento. As lutas que têm desenvolvido em defesa do ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assim o demonstram. Os trabalhadores emigrantes reivindicam a democratização cultural como parte integrante dos seus direitos de cidadãos portugueses de corpo inteiro.

A Proposta de Resolução Política

aponta, no capítulo 4.º, seis orientações para a democracia cultural, começando por afirmar que é necessário romper com a política do actual Governo.

Às Organizações do Partido na Europa e no Resto do Mundo interessa aprofundar especialmente o 5.º Ponto deste capítulo que propõe o intercâmbio com os outros povos do mundo, "o combate à colonização cultural e a promoção internacional da cultura e língua portuguesas, em estreita cooperação com os outros países que a usam".

As Organizações de Emigrantes têm agora à sua disposição um documento fundamental para actualizar as orientações do PCP sobre a vertente cultural da democracia portuguesa. Documento esse que é necessário enriquecer com as contribuições de todos os militantes. ●

Conferência Nacional sobre questões económicas e sociais

No passado dia 27 de Fevereiro Jerónimo de Sousa, Secretário Geral do PCP, fez o lançamento público da Conferência Nacional sobre questões económicas e sociais, que se realizará nos próximos dias **24 e 25 de Novembro**.

Para esta Conferência o Partido é convocado para discutir o país que temos e o país que queremos no início deste século XXI. Iremos procurar realizar uma análise global e integrada dos problemas económicos e sociais do país, a partir do aprofundar dos conhecimentos que temos das suas actuais estruturas socioeconómicas e das suas actuais dinâmicas, bem como os problemas do enquadramento internacional, em particular o processo de integração na União Europeia e as consequências no desenvolvimento do país.

Os comunistas na Emigração vão também ser chamados a participar na elaboração e realização da Conferência aprofundando as questões que lhes dizem directamente respeito, quer sobre as razões porque emigraram, qual o valor e a importância das suas remessas, que apoios precisam de ter no estrangeiro quanto à rede consular e quanto ao ensino da língua e cultura portuguesas, bem como outros temas que lhes dizem respeito e que só eles melhor conhecem. ●

No PE em defesa das Comunidades

No Parlamento Europeu o PCP também tem desenvolvido uma persistente intervenção em defesa das Comunidades Portuguesas.

A partir de 1 de Julho, Portugal irá assumir a presidência da União Europeia. As movimentações que se fazem a partir dos gabinetes de Bruxelas apontam para que no período da presidência portuguesa se criem as condições para impor um tratado constitucional europeu, contrário ao interesse dos povos e da soberania nacional. Enquanto que Cavaco Silva se pronuncia pela não realização de um referendo em Portugal sobre esta relevante questão, o Governo não esclareceu ainda se mantém o seu compromisso em consultar os portugueses.

Entretanto, no Parlamento Europeu o PCP tem desenvolvido uma persistente intervenção em defesa das Comunidades Portuguesas.

Reino Unido

A deputada Ilda Figueiredo questionou a Comissão da UE relativamente às medidas que conta tomar "para garantir os direitos dos trabalhadores, designadamente na área da prevenção, da saúde e do emprego com direitos". Largas centenas de trabalhadores, muitos deles portugueses, foram atirados para o desemprego na sequência do vírus da gripe das aves detectado na empresa britânica Bernard Mathews que recebeu subsídios para fazer face à situação.

Espanha

Uma nova rede de tráfico de mão-de-obra foi desmantelada na região de Navarra onde a Guarda Civil terá libertado 91 trabalhadores estrangeiros, na maioria portugueses. Foram detidas 17 pessoas acusadas de serem os responsáveis por esta situação, 13 dos quais de nacionalidade portuguesa. Sabendo-se que novas deslocalizações de multinacionais e encerramento de empresas,

como está a acontecer em Portugal, agravam o desemprego e contribuem para situações como estas, a deputada Ilda Figueiredo confrontou a Comissão da EU sobre as medidas que conta tomar para, por um lado "combater estas situações de escravatura", por outro lado, "promover o emprego com direitos, evitando o encerramento de deslocalização de empresas".

Holanda

O apoio ao movimento associativo nas suas diversas vertentes (social, cultural, formação de jovens e na relação entre culturas), assim como, os problemas de discriminação que afecta a comunidade portuguesa devido à exigência por parte de repartições públicas de documentos de identificação não conformes com o princípio da igualdade de direitos tão apregoada e constantemente não respeitada. Foram assuntos levados ao PE pela deputada comunista. ●



Ilda Figueiredo numa sessão pública com portugueses que trabalham na Holanda

Grito de Revolta

Depois de muita tinta gasta em cartas enviadas para os governantes, deputados, jornais e tantas outras entidades, constato que continuamos no mesmo ponto de partida: Os ex-militares emigrantes continuam a aguardar que justiça seja feita.

Desde há alguns anos que tenho vindo a dinamizar no "mundo da emigração" a batalha pelo reconhecimento, para efeitos da reforma, do tempo de serviço militar obrigatório. O Estado deveria ter feito a nossa inscrição na então Caixa de Previdência e proceder aos respectivos descontos. Não o fez.

Com o apoio da central sindical luxemburguesa, OGB-L, criou-se uma Comissão no Luxemburgo e mais tarde surgiu uma Associação em França. Desde então muitos passos foram dados e muitos encontros e muitas reuniões foram feitas com ministros, deputados, técnico, embaixadores, cónsules... Todos nos dizem que temos razão, que as nossas reivindicações são justas, que se devia fazer justiça. Mas o tempo passa e a justiça tarda em ser feita.

Perante a nossa insistente reclamação e tendo em conta a dimensão do problema, a Assembleia da República fez à pressa a Lei 9/2002. Uma Lei defeituosa que continuava a discriminar os ex-militares e ex-combatentes que se encontram na emigração.

A Petição que entregámos na Assembleia da República, subscrita por 12 mil cidadãos, exigindo a alteração do DL n.º 329/93 de forma a permitir que todos aqueles que tivessem feito o serviço militar vissem esse mesmo tempo incluído para efeitos de reforma, foi discutida e aprovada por unanimidade no Plenário da Assembleia da República, no dia 23 de Março de 2003. Passaram 4 anos mas sem que os governos, primeiro do PSD-CDS/PP e agora o do PS, tivessem sido coerentes com as posições então defendidas.

O Governo PSD-CDS/PP, publicou a Lei 21/2004 que reconhece o direito à contagem do tempo de serviço para efeitos de reforma, o mesmo Governo prometeu regulamentar a referida Lei no prazo de 60 dias, ou seja, até Agosto de 2004. Ainda hoje estamos à espera que a Lei seja regulamentada para então poder ser aplicada.

O actual Governo PS do Eng.º Sócrates, mais não tem feito do que nos entreter na esperança de nos ver cansados ou, talvez, de ver a lei da vida resolver naturalmente o problema.

Em Dezembro do ano passado, aquando da visita do Sr. Secretario de Estado, António Braga, ao Grão-ducado, tivemos ocasião de voltar a falar desta situação. O governante já introduziu outros argumentos mais actuais no seu discurso e lá nos foi dizendo que a situação financeira do país é má, que é tempo de contenção de despesas, em suma, não pode regulamentar uma Lei que cause despesas ao Estado. É muito des-caramento!

Entretanto o Governo já não evoca as mesmas razões, por exemplo, para se meter no atoleiro do Iraque para onde enviou tropas não para defender o interesse nacional mas sim para acudir ao Governo norte-americano. Aqui já não houve recurso à contenção da despesa pública.

A não regulamentação da Lei, para além de ser um atropelo ao princípio constitucional quanto à igualdade de tratamento entre cidadãos, é uma injúria e uma falta de respeito pelos ex-combatentes emigrantes. Basta de humilhações! Exigimos que seja feita justiça!

Manuel Gomes da Silva

Presidente da Comissão dos Ex-militares no Luxemburgo ●



Os ex-militares emigrantes participaram na manifestação, realizada em Paris no dia 18 de Março, contra o encerramento de consulados. Os ex-militares expressaram também o seu profundo descontentamento com a ausência de medidas por parte do Governo com vista à justa resolução dos seus problemas. ●

Contra a precariedade

Campanha de esclarecimento e informação lançada pelo PCP contra a precariedade e pela defesa dos direitos e condições de vida dos trabalhadores e da população

Está a decorrer em todo o País uma campanha de esclarecimento e informação lançada pelo PCP contra a precariedade e pela defesa dos direitos e condições de vida dos trabalhadores e da população.

No ajuste de contas que o capitalismo (a nível mundial e a nível da cada país) vem fazendo com aquilo que os trabalhadores conquistaram, sobretudo a partir da Revolução de Outubro de 1917 e da derrota, na 2.ª guerra mundial, dos exércitos nazi-fascistas, em tal ajuste de contas integra-se um conceito que dá pelo nome de precariedade. Esta palavra, em qualquer dicionário, significa: incerteza, insegurança, debilidade, fraqueza. A realidade é, no entanto, muito mais gravosa do que os sinónimos atrás

referidos. A precariedade é uma praga social de que resultam vários efeitos, de que se salientam: o **político**, o **social** e o **económico**.

Comecemos por este último: os patrões ao contratarem um trabalhador sem qualquer vínculo estável à empresa têm a possibilidade de o dispensar, como qualquer trapo velho, provocando uma grande rotatividade laboral, ou seja, ao trabalhador não é permitido, na empresa, estar muito tempo pelo que lhe é vedado ter acesso a uma carreira profissional da qual possa beneficiar de promoções e de diuturnidades, bem como de um conjunto de benefícios ligados à antiguidade. O trabalhador precário é um trabalhador ainda mais mal pago na medida em que, em termos médios, recebe menos 22% relativamente à média nacional, caso a sua antiguidade seja inferior a um ano. Mesmo aqueles que têm uma antiguidade entre um e quatro anos têm, em média, salários inferiores em cerca de 10%. Quando falamos destes valores não estamos a falar de um universo residual. Estamos a falar de cerca de 354.000 trabalhadores com menos de um ano de antiguidade e de 770.000 entre um e quatro anos de antiguidade, sem contar com os largos milhares de trabalhadores considerados independentes cuja dimensão não é possível prever dada a subversão legal existente no país. Concluindo: a precariedade é uma moeda com duas faces. Num lado há milhares de trabalhadores com baixos salários. No outro há um conjunto de patrões a maximizarem os seus lucros numa relação directa com a desvalorização salarial.

Mas a precariedade vai para além do aspecto económico. Ela é, também, como dizíamos atrás, uma praga social. E porquê? Porque a precariedade dos vínculos laborais é

a precariedade da vida. As independências dos jovens, a organização de vida própria, a constituição de família são fortemente afectadas. Os filhos para os casais jovens nesta situação são uma opção difícil e muitas vezes adiada. O acesso à habitação é em muitos

casos uma impossibilidade. A incerteza, a insegurança potenciam, por outro lado, patologias que, instaladas durante muito tempo, não deixarão de afectar a vida física e psíquica de milhares de pessoas de acordo com o provérbio popular "elas não matam mas moem".

A precariedade constitui, também, um elemento político a favor do capital no que concerne à sua matriz ideológica.

Um trabalhador precário, sujeito ao arbítrio do patrão, é, normalmente, um trabalhador mais debilitado, receoso de se sindicalizar e de reclamar os seus direitos contratuais e de cidadania. A expectativa do desemprego também tem duas faces: por um lado confere ao patrão um poder que ele não teria se não houvesse a precariedade; por outro subalterniza o trabalhador colocando-o não como um cidadão em toda a sua plenitude, mas como alguém dependente da generosidade de outrem cujo poder resulta do poder do dinheiro e do lucro.

É neste quadro que, sob o lema «**Basta de injustiças - Mudar de política para uma vida melhor**», o PCP lançou uma «**Campanha Nacional contra a precariedade, pela defesa dos direitos e condições de vida dos trabalhadores e das populações**».

Com tal Campanha, o PCP pretende não só denunciar esta política inaceitável, mas afirmar que não estamos condenados ao declínio nacional, às injustiças sociais, à imigração forçada, ao comprometimento do futuro das novas gerações e do país, que, após dois anos de Governo PS, é necessário mudar de rumo e de política. ●

Basta de injustiças!

Mudar de política

para uma vida melhor!



Ensino de Português no estrangeiro

Balanço do (quase) fim de ano lectivo

O Ensino Português no Estrangeiro "sobreviveu" mais uma vez a mais um ano a um novo Regime Jurídico, publicado em Agosto de 2006, assim como a várias novas regulamentações aparentemente destinadas a afectar negativamente a qualidade do ensino e a tornar cada vez mais precária a situação dos professores.

Lamentavelmente, os responsáveis do Ministério da Educação mostram-se cada vez mais determinados em ignorar todos os condicionalismos que regem o EPE.

Assim, depois de um Concurso para colocação de professores cujos resultados só foram publicados em meados de Julho de 2006, altura em que as férias já tinham começado em vários países da Europa, o que causou forte instabilidade entre os professores, levando muitos deles a optar pelo regresso a Portugal.

Tal facto tornou ainda mais moroso o processo de colocação para o presente ano lectivo e, consequentemente, vários. A ser leccionados em Outubro ou Novembro, principalmente no caso da Alemanha e da Suíça, países onde o ano lectivo se inicia em meados de Agosto. Muitos alunos perderam três e mais meses de aulas.

A percentagem de alunos que deixa de frequentar os cursos de Língua e Cultura Portuguesas devido aos atrasos no começo das aulas, frequentes mudanças de professor e clima geral de instabilidade continua a aumentar, mas tal parece não preocupar o Ministério, uma vez que nos encontramos praticamente em Maio e as Coordenações dos vários países não foram ainda informadas se e quando vai haver concurso e em que moldes se fará o processo de colocações, isto apesar de através da via sindical já terem sido enviados ofícios sobre a urgência de esclarecimento do processo, ofícios esses que até hoje não obtiveram resposta.

Os atrasos estão assim, desde já, programados. É inadmissível que, praticamente no fim do ano, um professor não saiba se vai continuar ou se, eventualmente, terá de mudar.



Já que existe uma legislação prevendo a realização de concursos anuais para o estrangeiro, porque razão não é a mesma aplicada em tempo adequado?

Ou será que se trata de uma incúria propositada, com o intuito de reduzir discretamente o número de alunos e, assim, poupar o vencimento de alguns professores?

Isto apesar dos actuais vencimentos dos professores de português no estrangeiro serem manifestamente inadequados para o tipo de funções que exercem e não lhes permitir manter um nível de vida aceitável.

Estamos quase no fim do ano lectivo e muitos professores ainda não receberam parte do subsídio de Natal.

Vários novos colocados encontram-se ainda sem estar inscritos, como é obrigatório, nas caixas médicas estatais dos países em que leccionam, visto a ADSE em Portugal não fazer atempadamente as diligências necessárias para que tal aconteça.

Há docentes a pagar as despesas de assistência médica e dentária do seu bolso, sem receber vencimento apropriado para suportar tais custos.

O apoio aos professores recém-chegados é quase inexistente. Tanto no aspecto pedagógico como no que respeita à sua integração na vida e no sistema escolar de um país estrangeiro.

Se pensarmos que em grande parte dos casos se trata de professores muito jovens, que nunca leccionaram e que se vêem agora numa situação profissional de turmas mistas e diferentes níveis de ensino, para o qual nenhum estágio os preparou, tudo isto sem apoio, automaticamente surge a pergunta: Onde está a qualidade de ensino e quantos destes jovens docentes "sobreviverão" a mais um ano escolar?

Crescem as apreensões quanto ao futuro

O ano lectivo de 2006/2007 começou com colocações tardias e alunos sem aulas

durante meses seguidos.

O ano de 2007/2008 encontra-se sob os mesmos auspícios.

As condições de trabalho dos professores pioraram, com grupos de 120 alunos e mais, muitas vezes do 2.º ao 10.º ano, distribuídos por 22 horas lectivas semanais.

O apoio das Coordenações, tanto na parte pedagógica como nas relações com as entidades escolares locais é, na maior parte dos casos, fraco.

Más condições de assistência médica, vencimentos insuficientes, inexistência de subsídio de refeição, tudo isto acompanhado pela deliberada indiferença do Ministério da Educação, deixa-nos perante uma situação confrangedora e caótica, em que os melhoramentos continuam a fazer-se esperar.

Maria Teresa Soares
Professora de LCP na Suíça ●

Vimos na Internet

O blog alojado no endereço <http://defesadascomunidades.blogspot.com> foi a forma encontrada por um vasto grupo de cidadãos portugueses da diáspora para denunciar a política do Governo do PS. Trata-se de um apelo à indignação e à intervenção, nele pode ler-se: "Invocando argumentos economicistas, o actual Governo atinge os fundamentos da própria existência das comunidades. Contraria o preceito constitucional que assegura às comunidades o direito ao ensino da língua e da cultura".

Os signatários criticam ainda outros aspectos das políticas governativas como sejam as medidas quanto à rede consular, a ausência de apoio ao novo fluxo migratório, como provam casos recentes com trabalhadores temporários, a eliminação do porte-pago aos jornais regionais e da emigração, a pretensão de redução do número de conselheiros ao mesmo tempo que persistir na intenção de subverter as funções do CCP, a não resolução da situação dos ex-militares, a ausência de apoio ao movimento associativo e a não resolução dos problemas relacionados com a dupla tributação. ●

CARTAS DE LONGE



Fui um dos portugueses que foi afectado pela crise das Gripe das Aves aqui em Inglaterra. Neste momento desisti de estar à espera de respostas e soluções da parte do nosso governo e do próprio governo inglês, e parti para o Norte de Inglaterra, onde encontrei trabalho, depois de tentar ficar em Londres à procura de um melhor futuro.

Eu tenho 20, mas penso nos outros portugueses que estavam a trabalhar na Bernard Matthew, na sua maioria com mais de 35 anos, que foram dispensados ou despedidos. Vários optaram por ir

Recebemos um correio electrónico de José Agostinho, um jovem de 20 anos, entre muitos que são obrigados a procurar no estrangeiro melhores condições de vida, que exprime o seu sentimento de revolta pela exploração e pelo abandono a que são votados pelos governos.

para Londres mas a vida em Londres é muito mais cara.

Apenas vos quero pedir que não abandonem o caso destes portugueses que estão a passar por muitas dificuldades e precisam do máximo apoio possível.

Senti-me confiante há um mês atrás quando falei com a deputada Ilda Figueiredo ao telefone, e transferei essa confiança para todos os portugueses em Great Yarmouth! Mas eles não têm qualquer protecção e estão desesperados! ●

Encerramento de consulados

Contra a desastrosa política de direita

São decorridas mais de três décadas da Revolução de Abril, que pôs fim ao regime fascista ao serviço de um punhado de famílias que acumulava grandes riquezas à custa da exploração desenfreada da esmagadora maioria do povo português, obrigados por vezes a procurar na emigração uma vida melhor – só na década de 60 do século passado emigraram mais de 1 milhão de portugueses. Mas as comemorações deste ano estão assombradas por uma violenta ofensiva desencadeada pelo Governo do PS de Sócrates contra as Comunidades Portuguesas. O sinal mais evidente desta ofensiva é o plano de encerramento de consulados que, se fosse levado à prática, seria uma clara manifestação de abandono e desprezo para com aquelas comunidades. Curiosamente, tal como o Governo do PSD-CDS/PP, o Governo do PS escolheu o mês de Dezembro para anunciar a sua "reestruturação consular", tal como o PSD-CDS/PP, tirou da cartola algo para dourar a pílula e torná-la menos amarga, descobrindo o Governo do PS agora o "Consulado Virtual", reduzindo o posto consular a um mero receptáculo de actos administrativos e mesmo assim ainda muito longe de responder às necessidades, sobretudo se tivermos em conta que alguns dos actos administrativos, entre os mais solicitados, como seja o passaporte, o bilhete de identidade ou o futuro cartão de cidadão, por razões de segurança tornaram a sua emissão mais complexa e morosa. Mas as comunidades não desarmam e continuarão a lutar contra esta desastrosa política.



Jorge Machado a intervuir na manifestação

Paris: Milhares disseram não ao encerramento de consulados

As comunidades portuguesas deram desde a primeira hora uma resposta muito vigorosa ao famigerado plano de reestruturação da rede consular que inicialmente previa o encerramento de 17 consulados e um escritório consular em 8 países. Alguns destes consulados passariam a consulados honorários numa clara opção de privatização das funções sociais do Estado que passariam assim para as mãos de interesses privados e a consequente redução na qualidade do serviço prestado. O momento alto desta contestação foi a manifestação em Paris, no dia 18 de Março, para onde convergiram milhares de portugueses que residem nas áreas consulares afectadas pelas medidas do Governo. Uma iniciativa que contou com a solidariedade de eleitos locais e deputados das diversas forças políticas francesas e também contou com a participação de deputados portugueses do PSD, PCP e BE. O PCP participou com uma forte delegação da organização do PCP da região de Paris e fez-se representar também com uma de-

As Comunidades Portuguesas em luta

CCP

O Conselho Permanente, quando da sua reunião em Lisboa, emitiu um comunicado no qual "saúda a luta de resistência das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo, contra o encerramento dos consulados e contra a ofensiva generalizada desencadeada pelo actual Governo visando pôr em causa os seus direitos".

O presidente do Conselho Permanen-

te, Carlos Pereira, no dia em que o Governo divulgou a decisão tomada em Conselho de Ministros (15 de Março) afirmou: "Recebi uma má notícia. Um Governo que decide encerrar 12 postos consulares é um Governo que declaradamente está a fazer mal às comunidades portuguesas. Não quer saber de nós para nada."

A determinação de luta ficou bem expressa nas declarações de **António Fonseca, da Comissão Coordenadora dos Colectivos**, ao afirmar que "as populações estão mobilizadas para irem até ao fim na contestação aos encerramentos apresentados pelo Governo Português".

O Secretariado do Conselho Regional na Europa, exprimiu também em comunicado a sua discordância e no qual afirma que "os consulados não são só simples escritórios para se preencher

e passar papeis. São instituições de Estado Português que existem para assegurar a concretização dos direitos culturais, cívicos, sociais e identitários das nossas comunidades e constituem um instrumento indispensável da sua ligação a Portugal".

STCDE

O Sindicato dos trabalhadores Consulares refere que a Resolução do Conselho de Ministros, para além de um conjunto de "transformações" que passam pelo encerramento de postos consulares em vários países, aponta também para a "revisão do estatuto e carreiras dos funcionários dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros".

No caso do encerramento de postos, se no seio das Comunidades Portuguesas estalaram protestos e acções de luta, nos trabalhadores dos postos consulares em causa instalou-se a expectativa sobre a forma como o MNE vai conduzir o processo de recolocação dos trabalhadores atingidos, cujos direitos têm de ser integralmente respeitados, de acordo com as disposições legais e a tramitação a observar.

Em comunicado enviado aos sócios, o Sindicato já alertou para o facto de que este processo carece de negociação e manifestou a sua determinação em "defender tenazmente os seus associados por todos os meios disponíveis".

Quanto ao **Estatuto Profissional**, o Sindicato relembra que: "a nossa memória não é curta, pelo que, tendo bem presentes todas as dificuldades que foram levantadas ao longo de décadas à sua conquista e, nos últimos anos, à sua execução, devemos estar preparados para lutar pela nossa maior conquista, de modo a garantir que os trabalhadores dos serviços externos do MNE tenham um estatuto profissional condizente com a dignidade das funções que prestam aos portugueses e a Portugal".

ARE

Também a Associação de reencontro dos Emigrantes, com sede em Lisboa, manifestou a sua solidariedade com a luta da comunidade portuguesa tendo emitido um comunicado onde nomeadamente afirma que "o actual Governo, na esteira dos anteriores, prossegue uma política em tudo contrária ao consignado na Constituição. Seja na protecção consular, no ensino, ou na resolução de problemas que se arrastam há anos. Aquilo em que investe é na confrontação e retirada de direitos aos emigrantes".



Alemanha

A Comissão de Defesa dos Direitos da Comunidade Portuguesa da área consular de **Frankfurt** também repudiou a reestruturação consular anunciada. Num comunicado esta Comissão afirma: "Numa época, fruto das políticas de direita, em que se agravam o desemprego e as condições de vida das famílias em Portugal, que provocam o crescimento considerável de novas vagas de emigração em condições de grande precariedade, como os casos mais divulgados de Espanha, Holanda e Reino Unido, são situações demonstrativas de como o caminho traçado pelo Governo está errado".

Brasil

A **Secção do Brasil do CCP** manifestou a sua oposição às medidas anunciadas pelo Governo, em particular contra a extinção do consulado em **Santos**. Nesta região a comunidade portuguesa publicou um manifesto titulado "Estamos de luto. Um pedaço de Portugal está morrendo", documento subscrito pelas associações lusas da área consular de

Santos onde manifestam o seu repúdio pela decisão do Governo em fechar este consulado.

EUA

A **Secção dos EUA do CCP** divulgou um comunicado a opor-se "contra qualquer política de encerramento de consulatos". Em **Providence** houve uma manifestação contra o encerramento do Consulado. Também em **Nova Iorque** e **Mineola** decorreram manifestações contra a ameaça de encerramento do consulado.



New Bedford, EUA

França

Sem dúvida o país mais afectado, sobretudo se tivermos em conta que em 2003 o Governo PSD-CDS/PP tinha encerrado os consulatos em Bayonne, Reims e Nancy enquanto que o de Rouen passou a consulado honorário. O PS pretende agora extinguir os consulatos de Nogent, Versailles bem como os de Orléans e Tours que passam a consulatos honorários. Pretende ainda que os consulatos de Toulouse, Nantes, C. Ferrand passem a vice-consulatos e transformar o de Lille em escritório consular.

Em Janeiro, a **Secção de França do CCP**, após a realização de uma reunião extraordinária, declarou que "os conselheiros de França continuam favoráveis a uma reestruturação consular que salvguarde os reais interesses de Portugal e da Comunidade e, por isso, reafirmam a sua total oposição ao actual projecto do Governo de liquidação consular".

Manifestações, concentrações, vigílias, abaixo-assinados entre outras formas de protesto realizaram-se ao longo destes meses em **Toulouse, Orléans, Tours, Lille, Versailles, Nogent e Paris** grande parte dinamizadas por colectivos de defesa dos consulatos.

Numa acção de protesto inédita realizou-se um referendo que funcionou em cerca de 50 localidades no conjunto das áreas dos consulatos em risco de serem fechados tendo participado mais de 6500 pessoas, 99% delas disseram não à decisão do Governo. O **Colectivo de Orléans** fez reproduzir um modelo de carta para ser enviada individualmente ao Presidente da República solicitando a sua intervenção junto do Governo pela manutenção do consulado.

Namíbia

A Comunidade portuguesa manifestou-se frente ao escritório consular em **Windhoek** contra a intenção do Gover-

no em extingui-lo. Entretanto, o Conselheiro Manuel Coelho afirmou-se disposto a entregar a comenda que lhe foi atribuída pelo Estado Português caso o Governo mantenha a decisão de encerrar este posto.

PCP:

Solidário e activo na luta

■ O PCP promoveu, no dia 8 de Janeiro uma conferência de imprensa em Lisboa, na qual **Manuela Pinto Ângelo, do Secretariado do Comité Central**, expressou a total oposição do PCP exigindo a "anulação das medidas anunciadas pelo Governo" e defendendo um "verdadeiro plano de reestruturação que deveria começar por incluir melhorias no funcionamento dos postos e sua gestão". Para a dirigente do PCP as medidas do Governo do PS são tanto mais ofensivas pois não tem em conta o "forte contributo dos emigrantes para a economia nacional", recordando que entre Janeiro e Setembro de 2006, as remessas enviadas para Portugal somaram mais de 1815 milhões de euros, para além de que o Governo prevê receber (no Orçamento de Estado para 2007) 2 milhões de euros em emolumentos consulares.

■ A **Direcção da Organização na Emigração do PCP**, a par das várias tomadas de posição, distribuiu em Fevereiro um documento informativo que foi distribuído pela diáspora onde denuncia a "obsessão economicista do Governo quanto às comunidades portuguesas que revela ausência de uma estratégia e de uma política externa de afirmação e projecção de Portugal no Mundo, coerente com o interesse nacional e com os interesses das comunidades". Uma política que dá "prioridade, nomeadamente,

Continua na página seguinte



Santos, Brasil

Encerramento de consulados

Continuação da página anterior

à participação em missões militares como no Kosovo, no Afeganistão, no Iraque e no Líbano ao serviço dos interesses imperialistas mas com consequências imprevisíveis para o prestígio de Portugal no Mundo".

■ Na Assembleia da República, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Bernardino Soares, denunciou as intenções do Governo afirmando que "o que está em causa equivale à aplicação do PRACE às comunidades portuguesas. Trata-se da aplicação da política de redução de serviços, de destruição do apoio público aos nossos cidadãos, neste caso, aos que estão no estrangeiro, com esta medida de encerramento de consulados e de degradação de outros que, mantendo-se em funcionamento, deixam de ter a mesma dignidade e a mesma capacidade de resposta. Somos favoráveis a medidas de simplificação, de utilização das novas tecnologias para o acesso à Administração Pública e aos respectivos serviços, mas temos a certeza de que o encerramento de serviços consulares de forma nenhuma pode ser substituído por qualquer consulado virtual que, aliás, nem se sabe muito bem quando e como vai funcionar."

■ A organização do PCP na Região de Paris desde a primeira hora manifestou publicamente a sua oposição ao projecto do Governo do PS e apelou à mobilização da comunidade portuguesa contra "estas medidas atentatórias da dignidade dos portugueses em França". Uma delegação do PCP foi recebida pelo Embaixador de Portugal em Paris tendo expressado a total oposição dos comunistas a este projecto, insurgiu-se nomeadamente contra a criação de um mega consulado em Paris.

■ O Organismo de Direcção do PCP na Suíça emitiu em Dezembro um comunicado denunciando a denominada reestruturação consular que tem de ser vista "no quadro mais geral da ofensiva do Governo PS contra a Administração Pública, que visa subverter a natureza do Estado saído da Revolução de Abril, com claros prejuízos para o povo português dentro e fora do País".

■ O Organismo de Direcção do PCP na Alemanha considera que o recuo do Governo em elevar à categoria de vice-consulado o escritório consular em Osnabruck deve-se "à luta da Comunidade que nunca aceitou a extinção do consulado de carreira" decidida pelo Governo do PSD-CDS/PP. Este organismo do PCP lamenta no entanto que não tenham sido anunciada nenhuma medida para melhorar as instalações do consulado em Hamburgo, nem a manutenção do consulado em Frankfurt.

■ O Organismo de Direcção dos comunistas portugueses residentes no Brasil acusa o Governo do PS de prosseguir uma política anti-comunidades. Numa nota informativa este organismo do PCP afirma que "a tão apregoada reestrutu-

ração consular é uma simples operação financeira (de poupar, fechando consulados) e não uma adequação dos Serviços Externos do Estado Português a um apoio efectivo às comunidades portuguesas, todas elas geradoras de recursos financeiros para Portugal, através das suas remessas".

Um ministro à imagem do Governo: hipócrita

O ministro Luís Amado, numa recente deslocação à África do Sul, afirmou que "nenhuma instalação consular encerrará sem que primeiro existam alternativas a funcionar, nomeadamente o consulado virtual". A declaração do ministro é uma clara manifestação de hipocrisia ao mesmo tempo que revela total desconhecimento da importância da existência de postos consulares em países ou regiões com comunidades portuguesas.

Naturalmente que as comunidades portuguesas precisam de um serviço de notariado e registo civil eficiente e moderno, mas um posto consular vai muito para além disto, para além de subsistirem muitas e legítimas dúvidas sobre a eficácia do "consulado virtual".

Um posto consular deverá contribuir para o reforço dos laços das comunidades, em particular dos jovens lusodescendentes, com Portugal. Mas também, e cada vez mais, deverá prestar apoio social e jurídico aos muitos portugueses que dele necessitam, bem como contribuir para a promoção da Língua, da Cultura portuguesas, para além da tão propagandeada diplomacia económica. ●

Nova lei do Conselho das Comunidades

Para quando novas eleições?



O PS aprovou, sozinho, no dia 15 de Março, a proposta de lei do Governo que pretende introduzir importantes alterações à actual lei do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP).

O diploma teve os votos contra do PCP, «Os Verdes», BE e PSD, optando o CDS/PP pela abstenção.

Rejeitados foram, por sua vez, pelo PS, os diplomas sobre a mesma matéria apresentados pelas bancadas comunista e «laranja».

Aquando do debate parlamentar, Bernardino Soares, presidente do grupo parlamentar comunista, focou a importância que o PCP atribui à existência de uma estrutura representativa dos portugueses da diáspora, afirmando a dado passo que: *Na opinião do PCP, o CCP é um órgão muito importante para a política para as comunidades e para a defesa e o apoio aos portugueses no estrangeiro.*

É por isso que, ao longo dos anos, temos pugnado pela inserção no texto constitucional deste órgão, para o valorizar e para lhe garantir um estatuto adequado, mesmo a nível constitucional.

É por esta razão, e também por outras muito importantes para a política das comunidades, que temos vindo a propor sucessivamente, no Orçamento do Estado, a inclusão de uma verba para o recenseamento dos portugueses no estrangeiro, o que seria muito importante para a definição dos colégios eleitorais para o CCP e também para a

adequação da rede consular à realidade concreta da presença dos portugueses no estrangeiro - matérias que têm vindo a ser chumbadas, ora pelo PS, ora pelo PSD, ora por ambos.

O projecto de lei do PCP valoriza o CCP e aposta na sua proximidade em relação aos portugueses no estrangeiro e às suas próprias comunidades.

Entendemos que é preciso - a nível consular, a nível de país, a nível regional - manter a organização de comissões e de conselhos que permitam o debate e a intervenção nos problemas concretos daquelas comunidades, em cada região ou em cada país.

Entretanto, esgotaram-se no final de Março os 4 anos da duração do actual mandato sem que ninguém saiba, à hora em que o nosso jornal é publicado, quando serão as novas eleições que o Governo, a quem compete marcar e organizar o processo eleitoral, faz depender das alterações à lei. O secretário de Estado e o ministro dos Negócios Estrangeiros afirmaram por diversas vezes que o acto eleitoral deveria realizar-se ainda em Junho. No entanto, só um mês depois da discussão na generalidade a Assembleia da República formou o grupo de trabalho para apresentar uma proposta final a plenário. O PCP, o PSD e o CDS indicaram na altura os seus representantes. O PS, a quem foi entregue a coordenação deste grupo, não tinha confirmado os seus representantes. Com este andamento fácil é concluir que não haverá eleições em Junho. Será que haverá eleições ainda este ano? ●

PCP requer apreciação parlamentar do decreto governamental que reduz porte pago

O grupo parlamentar do PCP requereu no dia 27 de Abril a apreciação parlamentar do Decreto-lei 98/2007. Este diploma governamental introduz alterações profundas no regime de porte pago. O novo regime que o Governo diz ser de "incentivo à leitura de publicações periódicas" na realidade, de incentivo à leitura, tem cada vez menos. Trata-se de mais uma medida economicista cujo objectivo principal é o de reduzir as taxas de comparticipação pelo Estado dos custos de expedição de publicações de âmbito regional.

Na fundamentação desta apreciação parlamentar, os comunistas referem que esta tendência para a redução e quase eliminação dos apoios e incentivos à leitura assume contornos preocupantes, "em particular no tocante aos emigrantes, àqueles portugueses que, longe das suas terras natais, procuram na imprensa regional a informação das suas origens e munidos dessa informação preservam e alimentam laços afectivos e de afinidade cultural".

O diploma da iniciativa do Governo, prevê para este ano uma redução da comparticipação financeira estatal no envio por correio de jornais regionais para o estrangeiro, dos actuais 90% para 60%. Para 2008 e 2009 o Governo deverá reduzir para 50% e 40%, respectivamente.

No início de Abril, num encontro com deputados da Assembleia da República a Associação Portuguesa de Imprensa

(API) que defendeu a alteração deste diploma e entregou aos deputados um documento informativo sobre a distribuição destas publicações pelo Mundo, segundo o qual em 2006 foram distribuídos para o estrangeiro cerca de 4,5 milhões de jornais.

Neste encontro o deputado do PCP, João Oliveira, defendeu que o porte pago não pode ser encarado "como uma caridade ou um auxílio à imprensa regional" defendendo que deve ser visto como um "veículo de informação e de aproximação do emigrante à sua terra e região". ●



A situação no Reino Unido

Em Movimento esteve à conversa com Fernando Maurício, do Departamento Internacional da CGTP, que tem acompanhado de perto os novos movimentos migratórios e recentemente esteve na Inglaterra para se inteirar da situação em que se encontram os trabalhadores portugueses.

No Reino Unido existe uma Associação de apoio aos trabalhadores portugueses, desde quando?

A Associação dos Trabalhadores Portugueses (PWA) no Reino Unido, deu os seus primeiros passos no ano de 2000 e foi criada e dinamizada por muitos trabalhadores portugueses, alguns à data já activos no movimento sindical britânico.

E para que fins?

O seu objectivo primeiro foi o de efectivamente apoiar os emigrantes portugueses na resolução dos seus problemas laborais e sociais, em ligação aos sindicatos britânicos e à sua Central Sindical, o TUC.

Esse grupo de trabalhadores portugueses contactou também na altura a CGTP-IN, sugerindo que a central sindical portuguesa desenvolvesse esforços junto do TUC para o desenvolvimento desse trabalho de apoio convergente entre os sindicatos dos dois países e a PWA. De entre os vários pioneiros da criação da Associação, não podemos esquecer a profunda dedicação do camarada Nuno Guerreiro, entretanto falecido, à fundação e desenvolvimento desta estrutura de trabalhadores portugueses na Grã-Bretanha.

Quem faz parte desta Associação?

A composição da Associação reflecte a diversidade dos sectores profissionais em que trabalham os nossos compatriotas. São trabalhadores da hotelaria, da restauração, das limpezas, da construção, dos hospitais, da agricultura, mas também alguns professores e quadros técnicos.

Quando este trabalho foi iniciado, a comunidade portuguesa não ultrapassava os 200 000 cidadãos...

Hoje são muitos mais.

Actualmente, é consensual estimá-la em mais de 450 000. Isto demonstra como se aprofundou a crise no nosso país e como milhares e milhares de desempregados e precários, sobretudo jovens, alguns deles licenciados, partem à procura de trabalho, num novo movimento de emigração massiva, como não se registava desde os anos 60 e 70 do século passado.

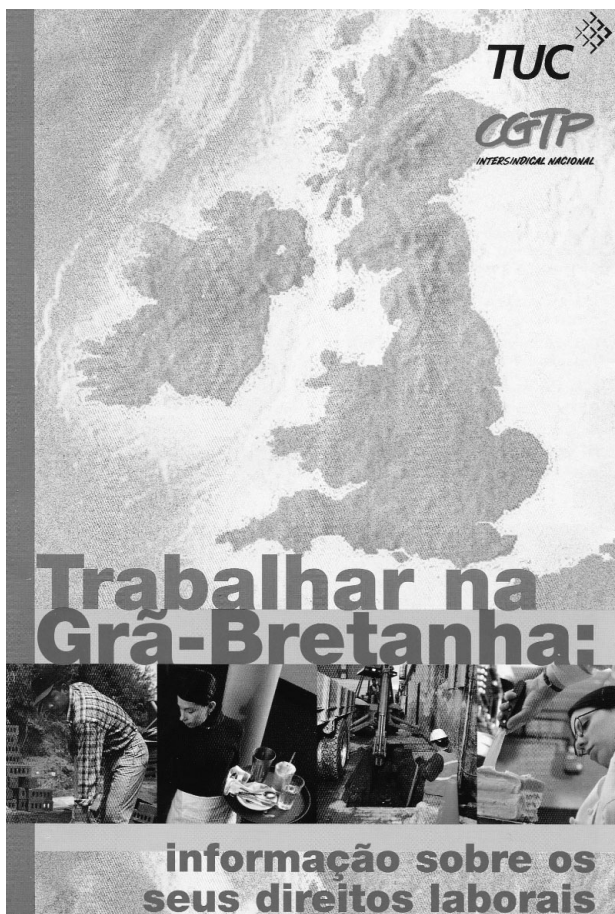
A questão é que a maioria dos empregos encontrados no Reino Unido, sendo uma solução transitória para o desemprego em Portugal, não deixam de ser temporários e com duras condições de trabalho, nomeadamente com longos horários e muitas vezes com contratos de agências de aluguer de mão-de-obra que prometem altas remunerações, bem como condições de alojamento e outras que, depois, os nossos emigrantes não encontram.

Fala-nos do protocolo assinado entre a CGTP e o TUC.

Em Fevereiro de 2001, o TUC e a CGTP-IN, com o contributo directo da



Participação na manifestação em Londres contra a guerra no Iraque



Associação dos Trabalhadores Portugueses, assinaram um protocolo de cooperação em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores Portugueses no Reino Unido.

E que tipo de intervenção desenvolveram?

Através do protocolo, deu-se início a um trabalho permanente de atendimento, em instalações sindicais, à comunidade Portuguesa, nomeadamente na região de Londres. Produziram-se folhetos e boletins informativos conjuntos da CGTP-IN e do TUC, e de vários sindicatos britânicos de diversos sectores de actividade, contendo um vasto conjunto informações sobre os direitos no trabalho e direitos cívicos dos nossos emigrantes nas

A Associação dos Trabalhadores Portugueses (PWA) no Reino Unido, deu os seus primeiros passos no ano de 2000 e foi criada e dinamizada por muitos trabalhadores portugueses. O seu objectivo primeiro foi o de efectivamente apoiar os emigrantes portugueses na resolução dos seus problemas laborais e sociais, em ligação aos sindicatos britânicos e à sua Central Sindical, o TUC.

duas línguas. Começou também um programa de visitas de representantes do TUC e da APW a muitas empresas e locais de trabalho, promoveram-se cursos de língua inglesa, de formação sindical e foram também já organizadas duas festas/convívio sindicais luso-britânicas em Londres.

Este trabalho tem visado também a sindicalização dos trabalhadores portugueses nos sindicatos britânicos, a fim de verem os seus direitos protegidos e as suas condições de trabalho melhoradas.

Em Junho de 2006, o Protocolo TUC-CGTP-IN foi renovado, durante a visita a Portugal do Secretário-Geral do TUC.

Recentemente uma delegação da CGTP, da qual fizeste parte, deslocou-se

ao Reino Unido, mais precisamente a Great Yarmouth que ficou conhecida devido ao problema da gripe das aves.

De facto, uma delegação da CGTP-IN deslocou-se a Great Yarmouth, a convite do TGWU, o sindicato do TUC que representa os trabalhadores da empresa "Bernard Mathews", na qual surgiu o vírus da gripe das aves. O objectivo da nossa visita foi o de apoiar o sindicato e a central sindical britânica nos seus esforços para encontrar soluções para a grave situação em que ficaram mais de 300 trabalhadores (entre os quais mais de 200 portugueses), pois a direcção da empresa, invocando quebras nas vendas dos seus produtos de carne de peru, suspendeu os contratos (lay-off) desses trabalhadores, reduzindo-lhes os salários, durante 90 dias, a um mínimo legal de cerca de 50 libras por semana o que, em muitos casos, não dá sequer para pagar a renda de casa. Há situações de grande carência, inclusive do ponto de vista alimentar. O TGWU, entretanto, concedeu um subsídio extraordinário de 200 libras aos trabalhadores afectados que estão sindicalizados, para minimizar alguns casos mais urgentes.

E quanto às autoridades britânicas, nomeadamente o Governo?

O que é grave é que o governo Britânico encontrou dinheiro para financiar a empresa no abate de milhares de aves e na retoma das vendas, enquanto se negou a apoiar os trabalhadores que se encontram nesta dramática situação e que, porque também não têm perspectiva de emprego se voltarem a Portugal, se vão aguentando como podem, à espera de serem reintegrados na empresa ou de encontrarem um novo emprego no Reino Unido.

Infelizmente, o governo do Sr. Blair parece entender que não "deve" interferir na lógica do "mercado", mesmo quando situações excepcionais como esta causam danos enormes a quem não tem quaisquer culpas. Os trabalhadores são vítimas inocentes dum incidente que apenas deve responsabilizar as autoridades do Reino Unido.

A verdade é que houve surtos recentes de gripe das aves em Itália, em França e em Espanha em que os governos destes países adoptaram medidas de carácter excepcional em apoio às empresas mas também aos trabalhadores afectados.

E o Governo português?

A CGTP-IN teve também já encontros com o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e com o Cônsul-Geral de Portugal em Londres, reivindicando um apoio e acompanhamento permanente a esta difícil situação dos nossos compatriotas, pois o governo português não se pode furtar às suas responsabilidades, nomeadamente pressionando as autoridades britânicas a resolver a difícil situação em que se encontram estes trabalhadores.

O TGWU, o TUC e a CGTP-IN, bem como a Associação dos Trabalhadores Portugueses, continuam a seguir de perto a evolução dos acontecimentos, no sentido de contribuir para uma solução que salvguarde todos os legítimos direitos dos trabalhadores e particularmente o seu direito ao emprego e ao salário contratual. ●

Durante o Governo de Sócrates

A riqueza transferida para fora do país aumentou 113%

Para se perceber o significado do título expresso deste artigo há que ter em conta, entre outros, dois conceitos: o Produto Interno Bruto (PIB) e o Rendimento Nacional Bruto (RNB).

Como resulta dos dados publicados pelo INE a parcela líquida que é transferida para o estrangeiro (diferença entre o PIB e o RNB) é cada vez maior. Entre 2002 e 2006, aumentou 70,5%, pois passou de 3.622,4 milhões de euros para 6.177,5 milhões de euros. Mas foi nos dois anos do Governo Sócrates que tal crescimento foi maior, conforme se demonstra no Quadro.

Porque é que isto acontece?

Acontece porque uma parte cada vez maior dos activos (património) existentes em Portugal pertence a grandes grupos económicos estrangeiros. Um exemplo paradigmático é o caso da Portugal Telecom (PT) em que cerca de 74% do seu capital pertence a grupos económicos estrangeiros. O mesmo sucede em relação a quase todas as grandes empresas que foram privatizadas pelos governos do PS e do PSD e do CDS. Tais privatizações, muitas delas



UMA QUEBRA ACENTUADA DO INVESTIMENTO PÚBLICO DETERMINADA PELA OBSESSÃO DO DÉFICE E PARA SER CONSIDERADO "BOM ALUNO"

Mercê de um errado modelo de desenvolvimento económico imposto nos últimos 30 anos o país está mergulhado numa grave crise económica e social, bem exemplificada, quer numa quebra acentuada no investimento (em 4 anos, a diminuição é superior a 11%), quer a nível do desemprego (que cresce rapidamente), quer, ainda, em relação à modernização da economia portuguesa. Neste contexto seria necessário aumentar o investimento público, sobretudo nas áreas produtivas que potenciase não só o emprego, mas, também, evitasse a drenagem do nosso dinheiro em importações em produtos onde dispomos de meios técnicos e humanos suficientemente capazes de suprir as nossas necessidades. A este propósito apenas um exemplo: Portugal está, dramaticamente, dependente do estrangeiro em termos de produtos alimentares. O nosso país (formatado à ideologia de Cavaco Silva, António Guterres, Durão Barroso, Santana Lopes e José Sócrates e subordinado aos grandes interesses económicos) não consegue produzir os alimentos necessários para alimentar os cerca de 10.600.000 de residentes em Portugal. Em 2003 o nosso deficit externo na área alimentar foi de cerca de 3.236 milhões de euros quase tanto como o deficit nas áreas da energia (carvão, petróleo, gás e electricidade). O escândalo vai ao ponto de termos um deficit de 372 milhões de euros na área dos legumes e das frutas, de 531 milhões de euros em carnes preparadas, sem esquecer os 667 milhões no que diz respeito às pescas. Eis onde nos conduziram as políticas levadas a cabo por essa santíssima trindade formada pelo PS, PSD e CDS!

No entanto, o governo, em vez de fomentar o investimento produtivo, faz precisamente o contrário, dominado pela obsessão do défice e de ser "bom aluno", ultrapassando as próprias exigências do poder instalado em Bruxelas.

Com efeito, entre 2005 e 2006, o Investimento Público, em valores nominais, portanto não entrando com o efeito corrosivo da inflação, diminuiu em 625,1 milhões de euros (-14,9%), de que resultou a maior redução, quer em valor absoluto, quer em percentagem, verificada no período 2002-2006. É desta forma que este governo reduz o défice, obviamente à custa do bem-estar do povo português e da modernização da economia nacional.

Nota: Os dados estatísticos referidos neste artigo constam de um estudo do economista Eugénio Rosa publicado no jornal "Avante!" de 12/4/2007 ●

QUADRO – Produto Interno Bruto (PIB) e Rendimento Nacional Bruto (RNB)
Milhões euros a preços correntes

ANOS	GOVERNO	PIB	RENDIMENTO NACIONAL BRUTO (RNB)	PARCELA TRANSFERIDA PARA O ESTRANGEIRO (PIB-RNB)	% (PIB-RNB) do PIB
2002	PPD/CDS	135.433,60	131.811,20	3.622,40	2,70%
2003	PPD/CDS	138.581,60	136.225,90	2.325,70	1,70%
2004	PPD/CDS	144.274,40	141.380,10	2.894,30	2,00%
2005	PS	149.021,40	145.049,30	3.972,10	2,70%
2006	PS	155.289,30	149.111,80	6.177,50	4,00%
2006-02		14,7%	13,1%	70,5%	
2002-04	PPD/CDS	6,50%	7,30%	-20,10%	
2004-06	PS	7,60%	5,50%	113,40%	

Fonte: Contas Nacionais Anuais Preliminares - 2006 - INE

O que é que significam as siglas PIB e RNB?

- O PIB corresponde ao valor da riqueza criada anualmente num país, isto é, resulta da soma daquilo que é criado na agricultura, nas pescas, nas indústrias transformadoras, na construção, nos transportes e comunicações, na banca e seguros, na educação, na saúde e demais serviços, etc.
- O RNB corresponde ao valor que fica no país, ou seja: resulta da riqueza criada, acrescida dos rendimentos provenientes do resto do mundo e deduzindo aquilo que temos de pagar aos restantes países.

vendas, pelo Estado, a preços de saldo a conhecidos capitalistas portugueses mais não foram do que um mero trampolim para chorudos negócios por via da sua posterior alienação a grupos estrangeiros, fortemente entrincheirados no nosso sistema bancário e outros. Um caso que ilustra bem o atrás referido passou-se com o Champallimaud que, invocando a necessidade de se constituir poderosos grupos económicos em Portugal, obteve (por baixo da mesa) uma parcela importante do sistema financeiro, vendido passado pouco tempo aos espanhóis.

A RIQUEZA QUE FICA NO PAÍS, POR HABITANTE, É CADA VEZ MENOR

Como consequência da transferência de uma parte crescente da riqueza produzida em Portugal para o estrangeiro, a parcela que fica no nosso País, para os portugueses, é cada vez menor. Esta situação é ainda mais grave se se tiver presente que Portugal é o país da U.E. onde a repartição da riqueza é mais desigual, já que 20% da população mais rica recebe 8,2 vezes mais do que os 20% mais pobres, enquanto a média na

União Europeia é 4,8 vezes, ou seja: a maioria dos portugueses, designadamente os trabalhadores por conta de outrem e os reformados são duplamente esbulhados. Por um lado, parte do seu esforço vai para o estrangeiro e uma outra parte (substancial) é absorvida pelo grande patronato português, perfeitamente exemplificado no facto de as 10 maiores fortunas em Portugal terem um património empresarial equivalente ao rendimento anual de 1.440.000 trabalhadores, se abrangidos pelo salário mínimo nacional. Mas voltemos ao problema da riqueza produzida entre nós.

Os dados disponíveis mostram que, entre 2002 e 2006, há dois movimentos antagónicos: por um lado, o PIB por habitante, isto é, a riqueza criada no País, aumentou, embora modestamente; por outro lado o RNB por habitante, ou seja, a riqueza que ficou no País, diminuiu em 1,1%, cuja quebra mais acentuada verificou-se durante os dois anos de governo de Sócrates.

AGENDA DO PCP

■ 12 de Maio – Bélgica

José Casanova, membro da Comissão Política e director do Avante!, vai estar em Bruxelas, na livraria Orfeu, às 18h30, para apresentar o seu novo livro "O tempo das Giestas". Neste mesmo dia o dirigente comunista participará num jantar na APEB.

■ 26 de Maio – Portugal

Realização em Lisboa do Encontro Nacional sobre Cultura, promovido pelo PCP, no qual participarão representantes das organizações do PCP na Emigração

■ 27 de Maio – Suíça

Festa Convívio Nacional, promovida pela organização do PCP na Suíça, em Valeys-Sous-Rances (perto de Orbe). A partir das 10.00 horas haverá animação musical, jogos populares e cozinha portuguesa.

Participa João Armando, do Comité Central e da DOE. ●



O Militante

– boletim do PCP
Reflexão e Prática

Campanha de assinaturas

O número de Maio de "O Militante" é acompanhado por um DVD do filme "A Mãe", de V. Pudovkin, adaptação do romance de Máximo Gorki ao cinema. Esta edição integra-se na campanha de assinaturas do boletim. Com a aquisição do DVD, cujo preço de venda ao público é de 15€, a Editorial Avante!, oferece uma assinatura 3 números de "O Militante" no valor de: 9,10€ (Europa) e de 12,90€ (extra Europa). Aos actuais assinantes, que adquirirem o filme, a assinatura será renovada gratuitamente por mais 3 números.

O número de Maio/Junho trata de vários temas, entre os quais o lançamento da Conferência Nacional sobre Questões Económicas e Sociais, a que nos referimos na página 3 deste jornal.



o militante

PCP – Reflexão e Prática

Preço assinaturas:

Europa - 6 números: 18,20€

Fora da Europa - 6 números: 25,70€

Distribuição e assinaturas:

Av. Gago Coutinho, 121

1700-029 Lisboa ●

O NOSSO MAIS

O Mundo Português, na sua edição de 4 de Maio, divulga uma notícia sobre a África do Sul, onde o ensino do português está integrado no sistema oficial, na qual se fica a saber que "quarenta deputados e funcionários do parlamento sul-africano estão a aprender português devido à cooperação que aquele país mantém com Angola e Moçambique." Alegra-nos o esforço que fazem em defesa da língua portuguesa. ●

O NOSSO MENOS

Entretanto, entristecem-nos as notícias que nos chegam dos EUA através das declarações de Dinis Borges, presidente da Associação de Professores dos EUA e Canadá, que considera "inexplicável" que passados 2 anos ainda não tenha sido nomeado um novo coordenador do ensino para os EUA. O Governo português deixa mais de "60 escolas comunitárias, 200 professores e milhares de alunos completamente abandonados." O presidente da APPEC considera imprescindível a nomeação de um coordenador para que seja estabelecidos contactos com as escolas americanas, afim de serem celebrados protocolos que garantam a manutenção do ensino. ●

PASSATEMPOS

Teste a sua cultura

- 1 – Quem é o autor do romance "O crime do Padre Amaro"?
- 2 – Qual a expressão latina que designa a cópia exacta de um documento?
- 3 – Qual o grande romancista francês do séc. XIX que era mulato?
- 4 – Quantos quilómetros tem a Maratona?
- 5 – Qual a maior ilha do Mundo? Foi descoberta por quem?
- 6 – O que é a prática do hari kiri?
- 7 – Qual o verdadeiro nome de Santo António de Lisboa?

8 – Quantos anos tem um lustro?

9 – Como se designa a cultura do arroz?

10 – Qual foi a divisa da Revolução Francesa?

Adivinhas

- 1 – Na família são 7 irmãs, cada irmã tem um irmão. Quantos irmãos são ao todo?
- 2 – Qual é coisa qual é ela, não tem porta nem janela e a Clara mora nela?
- 3 – Qual é o amigo de que ninguém gosta? ●

SOLUÇÕES PASSATEMPOS

- 1 – 8 Irmãos
 - 2 – O ovo
 - 3 – O amigo do alheio ●
- SOLUÇÕES DAS ADIVINHAS
- 10 – Orizicultura
 - 9 – "Liberdade, Igualdade, Fraternidade"
 - 8 – 5 anos

- 1 – Eça de Queirós
- 2 – Fac-símile (de que deriva a palavra fax)
- 3 – Alexandre Dumas, o autor de "Os Três Mosqueteiros"
- 4 – 42 Km
- 5 – A Gronelândia, foi descoberta pelos Portugueses
- 6 – É o suicídio praticado pelos Japoneses
- 7 – Chamava-se Fernando de Bulhões, nasceu em Lisboa, morreu em Fátua, na

SOLUÇÕES DO TESTE

Festa do Avante! 2007

Nos próximos dias 7, 8 e 9 de Setembro vai ter lugar mais uma Festa do Avante na Atalaia, no concelho do Seixal.

O espaço da Emigração corresponde ao local habitual, onde os camaradas da diáspora costumam, fraternalmente, estabelecer o seu espaço de convívio. Esta vertente, associada ao debate político, é, pois, apanágio do pavilhão da Emigração na Festa do Avante.

Acresce a tais objectivos a vertente gastronómica de que salientamos: salsicha alemã grelhada, a sopa de peixe, a febra no pão, os crepes a sangria do Quim (reconheci-



damente famosa) e um genuíno champanhe. O pavilhão da Emigração é, igualmente, reconhecido pelo seu espaço do Bebê onde os jovens pais e mães podem, desafogada e tranquilamente tratar da higiene dos seus filhos o que demonstra que a Festa do Avante é uma festa para todas as gerações, sem excepção.

Participe nesta inigualável iniciativa. Não podendo estar presente, contribua comprando a EP (entrada permanente) que já está venda por 18€.



Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal

As edições Avante acabam de iniciar a publicação das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal. O lançamento do I tomo, que ocorreu em 6 de Março passado, data do aniversário do PCP, constitui um acontecimento de grande significado. A divulgação de uma obra em que se espelham os grandes acontecimentos e combates do nosso tempo é não apenas uma contribuição de grande valor para o estudo da história do PCP e do movimento operário português, mas da história de Portugal, alvo de uma intensa ofensiva revisionista, em que o branqueamento do fascismo e o apagamento e deturpação do papel dos comunistas, são elementos centrais.

"O Militante", no seu último número, publica integralmente o prefácio desse I tomo, da autoria do camarada Francisco Melo, director das edições Avante! Que começa por nos dizer: "A obra teórica e política de Álvaro Cunhal imprimiu de tal modo a sua marca no percurso de luta do PCP ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país durante sete dezenas de anos, que lhe conferiu a matriz da sua identidade própria e do seu projecto revolucionário. Estes, ao terem mostrado ser capazes de resistir e afirmar-se contra ventos e marés adversos da história, constituíram-se em património alienável do Partido a que Álvaro Cunhal dedicou a sua penetrante inteligência, a riqueza da sua multifacetada personalidade e a sua inexcedível capacidade de trabalho".

Incentivar a leitura, o estudo e a divulgação militante da obra que o camarada Álvaro Cunhal nos legou constitui uma arma poderosa para o dia a dia da nossa luta.

Um Partido com quem as Comunidades Portuguesas podem contar!



Por um Portugal com Futuro

